

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
I SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO E MORAL:
O PLANO NACIONALIZADOR DO ESTADO NOVO NA ESFERA DA EDUCAÇÃO

Bruna Ribeiro Machado do Amaral
brunarmamaral@gmail.com

SÃO PAULO
NOVEMBRO DE 2009

EDUCAÇÃO E MORAL: O PLANO NACIONALIZADOR DO ESTADO NOVO NA ESFERA DA EDUCAÇÃO

Bruna Ribeiro Machado do Amaral

brunarmamaral@gmail.com

Resumo: Neste trabalho será desenvolvido um estudo sobre a moral que se pretendia construir nas crianças e adolescentes, por meio da educação no Estado Novo, período em que foi elaborada uma nova carta constitucional indicando novas diretrizes educacionais para contemplar um plano ideológico nacionalizador que buscava uma consciência nacional homogênea por parte da população. Discorrerei também sobre as adaptações ocorridas nas grades curriculares demais procedimentos educativos que foram criados e instaurados visando o “adestramento moral e físico”¹ de crianças e adolescentes e quais foram as formas de controle criadas pelo governo do Estado Novo para extensão dessa moral ao núcleo familiar.

Palavras chave: Educação, Moral, Estado Novo

Pretendo ao longo deste trabalho investigar a moral que se pretendia construir nos “futuros cidadãos” brasileiros por meio de uma educação rígida e focada na construção de uma consciência nacional, contemplada na constituição de 1937, dentro e fora das salas de aulas, com vistas à homogeneização da consciência nacional. Fundamento minha escolha de trabalhar a educação como campo de investigação para discorrer a cerca da ideologia que nascia no período denominado “Era Vargas”, no fato de tomar a educação como um aparelho ideológico do Estado para adequações necessárias ao período que se iniciara na década de trinta onde alteraram-se as estruturas econômicas e políticas e suas relações. Segundo Gustavo Capanema, ministro da educação no Estado Novo:

“...a educação ficará a serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve-se reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam base ideológica da Nação, e que, por isso estão sob guarda, o controle ou a defesa do Estado”. (SILVA, 1980, p 25)

E completa Francisco Campos, autor da Carta Constitucional de 1937, mostra com clareza a manipulação da educação em favor de um regime:

“A educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir certos valores e

1 Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. In: SILVA, Marinete dos Santos. A educação brasileira no Estado Novo. Niterói: Livramento, 1980.

pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida.” (SILVA, 1980, p 25)

Identificarei quais métodos pedagógicos foram adotados e desenvolvidos nas escolas, as adaptações ocorridas na grade curricular para que estas se adequassem a pretensa moral fundamentada nas diretrizes ideológicas estado-novista, bem como a temática escolhida nas matérias de humanas para incutir nos indivíduos a mentalidade desejada pelos governantes, com vistas a construção de uma sociedade adestrada moralmente.

O trabalho também pretende evidenciar à quem estava destinada esta educação e os motivos que levaram as mudanças educacionais, tendo em vista que a universalização da educação (tornou-se um direito constitucional a educação de base a todos os cidadãos brasileiros) somente ocorreu na década de trinta, até então prioridade das classes abastadas. Porém para esse novo “público” escolar foi elaborado um plano educacional, pois desejava-se, além da construção da moral, um adestramento físico dos cidadãos, adequando-os às novas perspectivas do mercado de trabalho. Este adestramento deu-se através de novos logradouros destinados à crianças e jovens após o período escolar, com atividades pré-determinadas e pedagogicamente direcionadas.

Investigarei os motivos não revelados desses novos espaços socio-educativos oferecidos pelo Estado e outros mecanismos utilizados para prolongamento dessa moral ao núcleo familiar bem como os mecanismos de controle para não ocorrerem desvios contrários aos objetivos buscados, que poderiam levar a insurgência da moral pretendida.

O trabalho se apoiara exclusivamente em pesquisa bibliográfica sobre o tema, apoiando-se em três principais obras: História da Educação no Brasil (1930-1973) de Otaíza Roamaneli; Pedagogia e luta de classes no Brasil (1930-1937) de Paulo Ghiaraldelli; A educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945) de Marinete dos Santos Silva. Serão, ainda, utilizados como fontes de informação os documentos do Ministério da Educação e Saúde e as Constituições de 1934 e 1937, além de obras que tratem sobre os conceitos trazidos ao longo da investigação pretendida, tais como Moral, Adestramento, Educação. Utilizarei também de textos históricos que possam elucidar melhor em que contexto ocorriam essas intervenções do Estado sobre a Educação.

Desenvolvimento: O trabalho terá início com uma contextualização histórica do período anterior a ascensão de Vargas ao cargo de Presidente da República, isto é, no período chamado de República Velha. Descreverá suas características políticas e econômicas e como estava conformada a educação nesse período, cuja educação prioritária era a de nível superior e destinada à elite. Será descrito as eleições de 1930, os motivos e como se deu o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder e as consequências sociais, econômicas e políticas, tal como a ruptura com a Oligarquia do Café frente à condução política. Quem foram os atores que conduziram esse

momento histórico, a atuação da Aliança Nacional Libertadora, quais outras frentes apoiaram e quais reprovaram o Golpe que levou o Brasil a um novo momento político-econômico.

Discorrerei sobre o movimentos sociais voltados à educação, como a “Escola Nova”, Associação Brasileira de Educação, entre outros que envolveu intelectuais da época na luta por alterações no campo educacional. Farei breve menção ao IV Conferencia Nacional de educação e ao manifesto dos pioneiros da educação, assinado por 26 educadores defendendo a educação pública gratuita e laica.

Em 1934 é promulgada uma nova carta constitucional, buscarei entender o que levou o poder máximo do executivo a essa ação, trazendo a luz as mudanças na esfera da educação e política. Será feita uma análise sobre novas perspectivas educacionais presentes na carta, quais as mudanças no campo político – como a criação do Ministério da Educação e Saúde e as conseqüências à sociedade.

No ano de 1937 ocorre o Golpe do Estado Novo. Vargas implanta de fato seus novos planos à sociedade brasileira. Identificarei, descreverei e analisarei as motivações de Getulio Vargas.

Partirei, então, para a Carta Constitucional outorgada em no ano de 1937. Discorrerei sobre as pretensões moralizantes de Vargas e seu ideal de Nação. Quais os mecanismo, por ele utilizados para construção de uma consciência nacional pautado num ideal moral. Esta moral, tomada como adequada à sociedade que Vargas pretendia reedificar. Qual o papel da educação na sociedade, identificando os motivos pelos quais essa esfera foi o meio escolhido para construção da nova nação.

Nesse momento do trabalho trarei a luz as mudanças ocorridas nas Instituições de ensino com a Instauração do Estado Novo; como a educação passou a ser estruturada - separação por series, conteúdo programático – quais as novas perspectivas pedagógicas adotadas e a quem era direcionada essas novas perspectivas educacionais.

Acredito ser este um momento adequado do trabalho para traçar um paralelo da Constituição de 1934 com a de 1937, indicando suas semelhanças e diferenças. Buscarei traçar uma ligação entre as duas Cartas Constitucionais e investigarei se a Carta de 1934 foi uma prévia do que estaria por vir, o Golpe do Estado Novo, ou uma prévia da Carta de 1937, poupando alterações radicais nas Instituições Educacionais, já que estas seriam o meio para construção da nova nação, algo que já é bem pretensioso, poderia cair por terra caso houvesse uma resistência da sociedade civil e política.

Partirei para a esfera da educação de fato. Será feita uma descrição da educação moral e cívica e toda sua abrangência no currículo escolar, conformada com os ideais do Estado Novo. Quais os aspectos que fundamentam as matérias e forma como são aplicadas, desde a didática utilizada até sua forma ultima. Evidenciarei a transversalidade dessa moral nas matérias de humanas como mecanismo de sustentação dos preceitos morais desenvolvidos.

O último capítulo do trabalho, destrinchado em três sub-capítulos será abordada a educação além dos muros das escolas. A criação das escolas profissionalizantes, Clubes Escolas, Estádios para adolescentes que já tinham passado da idade desejada para frequentar os Clubes, como estes espaços lograria o desejado adestramento físico para criação de mão de obra necessária para ocupar os postos de trabalhos, principalmente, nas indústrias que desenvolvia-se em velocidade jamais vista antes na história do país, evidenciando os motivos reais para criação desse espaço sócio-educativos, tal como o esvaziamento dos espaços públicos.

Por fim, serão identificados, descritos e analisados os mecanismos criados para o controle desse adestramento moral e físico e sua extensão às famílias dos jovens, para não se perder todo um investimento na educação moral para criação de uma consciência nacional.

Referências bibliográficas:

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas.

Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, 1998 . Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

GHIARALDELLI, Paulo. **Pedagogia e luta de classes no Brasil 1930-1937**. São Paulo, Humanidades, 1991

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Estado Novo**. Petrópolis, 1978

SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no Estado Novo**. Niterói: Livramento, 1980.